



## “Provas imateriais: experimentos entre a ciência e formas de conhecer indígenas” Entrevista com João Paulo Lima Barreto

José Agnello Alves Dias de Andrade (USP)  
& Angélica Maia Vieira (UFAM)

Esta entrevista foi realizada na recém-inaugurada nova sede do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, na cidade de Manaus/AM, em dezembro de 2011. João Paulo Lima Barreto é indígena da etnia Tukano e, no momento, desenvolve sua pesquisa de mestrado sobre as formas de conhecer ocidentais do ponto de vista dos Tukano. Este malabarismo entre regimes de inteligibilidade não é novidade para João Paulo, que lida com a questão desde o momento em que deixou sua aldeia de origem no Rio Tiquié, no Alto Rio Negro, para estudar no colégio de missionários, afastando-se do aprendizado que vinha tendo com seu avô sobre os conhecimentos indígenas.

João Paulo narra sua trajetória intelectual no sentido mais amplo possível, passando pela chegada à cidade, o trabalho no garimpo e o ingresso no ensino superior, bem como suas buscas na filosofia e no direito até, finalmente, acreditar ter encontrado a possibilidade do diálogo entre as formas de conhecer indígenas e não-indígenas na antropologia. Conta-nos também sobre a criação e consolidação do Colegiado Indígena, peça fundamental em seu experimento de equilibrista conceitual. O Colegiado foi criado pelos alunos dos programas de pós-graduação em *Antropologia Social* e em *Sociedade e Cultura na Amazônia* da UFAM,



ENTREVISTA COM JOÃO PAULO LIMA BARRETO

conjuntamente com os alunos do curso de *Pedagogia Intercultural* da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Sua proposta é viabilizar a troca de experiências entre os alunos indígenas de ambas as universidades e promover discussões acadêmicas sobre a prática do conhecimento indígena no âmbito dos programas de pós-graduação. Outro objetivo que perpassa o interesse do grupo é o de proporcionar a produção de conhecimento indígena nas universidades por meio da produção de artigos, livros, matérias para *sites* e, principalmente, da execução de encontros que visem à propagação desse conhecimento no âmbito acadêmico.

Enquanto conversávamos, João Paulo aguardava ansiosamente a chegada de seu pai e seu irmão, respeitados conhecedores tukano. Estes chegaram durante a entrevista e aguardaram pacientemente o término de nossa longa conversa. João Paulo constantemente nos lembrava da importância daquelas duas figuras ali sentadas, e deixava clara sua ansiedade para, assim que encerrasse os rituais de conhecimentos ocidentais que enfrentava no momento, pudesse voltar-se novamente às formas de conhecimento tukano.

\* \* \*

*José Agnello – João, nessa nossa conversa gostaríamos que você nos apresentasse um pouco da sua experiência, como você vê a situação nova em que se coloca e como sua trajetória de vida se mistura na sua trajetória acadêmica. No final das contas, gostaríamos de entender um pouco mais sobre o que é fazer antropologia pra você.*

*Angélica Maia – Gostaríamos de nos aproximar dessa perspectiva do olhar do conhecimento indígena sobre aquilo que nós produzimos como ciência.*

- 522 -



Meu nome em Tukano é *Yupuri*, eu sou o quarto filho da família, este é o nome que se dá ao quarto filho. Eu venho do Alto Rio Negro, especificamente do Rio Tiquié. Minha comunidade em português se chama São Domingos Sávio, em homenagem ao santo, nome dado pelos padres, missionários. Em tukano chama-se *Huremiripá*, que seria uma analogia ao roxinol: “*huremiri*” seria roxinol e “*ripá*” significa lugar, logo, significa lugar do roxinol. Nessa região do Rio Tiquié, meu avô foi o último *Yái*, chamava-se de *Ponciano Yái*, que no contexto urbano é chamado de Pajé. Essa é uma das categorias mais importante de detentores de conhecimentos indígenas. Com ele, acabou a geração dessa especialidade, que hoje, nessa região do Rio Tiquié, não existe mais. Ele era o grande, era a pessoa que detinha todo o conhecimento Tukano. Quando eu era criança, desde os cinco anos, eu o acompanhava, já que eu estava sob cuidado dele. Minha tendência era seguir a mesma profissão. Meu pai e minha mãe deram autoridade ao meu avô para cuidar de mim e para ser o sucessor dele. Eu o acompanhava em tudo, porque ele era muito procurado na região, por ser o melhor *Yái*. Tanto a população da parte da Colômbia quanto a da parte do Brasil o procuravam. Viajávamos dois a três dias remando e chegávamos ao destino. Lá ele fazia todo o trabalho de cura de doenças, ficando até uma semana, isto é, até quando o enfermo ficava bom. Muitos casos ele curava, isso lhe promovia respeito e admiração. Depois dele, viria a geração de meu pai. Mas meu pai não herdou isso pelo fato de, quando de sua formação, ele foi afetado por uma enfermidade que acabou por abalar a estrutura psíquica dele. Por isso, ele acabou não herdando do meu avô os conhecimentos. Eu, tendo terminado o ensino primário, isto é, a quarta série, fui continuar os estudos no colégio interno. Foi quando perdi o contato com meu avô, conseqüentemente, a formação para a profissão. De 5ª a 8ª série, passei a estudar no internato dos missionários, que ficava a uma distân-



ENTREVISTA COM JOÃO PAULO LIMA BARRETO

cia de um dia e meio remando. Era uma comunidade grande chamada Missão Pari-Cachoeira. Passei oito anos estudando, e quando eu estava terminando a 8ª série, surgiu a oportunidade de bolsa de estudos, oferecida por uma empresa mineradora que fazia pesquisa na região, que também mantinha convênio com a associação indígena da região. O objetivo era formar técnicos indígenas de mineração para futuramente atuarem na empresa. Por outro lado, a mineradora estava interessada em explorar ouro na região, e essa empresa tinha construído uma escola de mineração aqui em Manaus. A escola chamava-se Escola Técnica de Mineração Professor Gilberto Mestrinho, onde hoje é a prefeitura.

Lá, aconteceu a seleção, uma espécie de pré-vestibular. Acabei tirando o 1º lugar e fui mandado em nome da comunidade para estudar aqui em Manaus, nessa escola de mineração. Mas, além de mim, havia mais cinco pessoas. Vim para Manaus com 16 anos e cheguei à capital sem nunca ter saído da minha comunidade e sem saber falar nada de português. Só sabia dizer “sim senhor” e “não senhor”, mas entendia todo o diálogo. Nós tivemos esse contato com os missionários, até porque o padre Luiz Sartori, que era paulista, nos proibia falar tukano no colégio interno. Nós éramos ameaçados de castigos a todo tempo. Me lembro que uma vez sofri uma humilhação na sala de aula porque falei tukano no corredor com colega. Obrigatoriamente, tínhamos que falar português.

Fiquei aqui em Manaus estudando três anos. O sistema era semi-internato e tínhamos todo o apoio logístico da empresa. Depois de três anos, eu me formei como técnico de mineração e fiz estágio na Mineração Taboca, conhecida como Pintinha. Quando terminei meu estágio, o pessoal queria me contratar como técnico de mineração, mas eu não aceitei porque meu compromisso era com minha comunidade. Mas quando eu retornei a ela, a empresa já havia se retirado, por concluir que não havia viabilidade econômica para o empreendimento lá. Daí, passei a ser garimpeiro na serra do Traíra, passei uns três anos trabalhan-





do como garimpeiro, desenvolvendo atividades, ações, criando associações etc. Tivemos vários problemas de invasão de garimpeiros não-indígenas, houve até um confronto que culminou em morte, mas eu não estava nesse confronto.

Depois dessa experiência fui convidado a ministrar aulas durante um ano no colégio onde passei como interno. Depois de algum tempo, retornei para Manaus como seminarista, período em que passei seis anos como salesiano. Estudei filosofia e viajei para Porto Velho, São Paulo, Belém e missões como São Gabriel, Taracuá, Humaitá, Candeias etc. Durante este período tive muitas crises e aflições, algumas envolvendo a própria questão de Deus. Comecei a questionar a concepção de Deus, já partindo para o lado Tukano. Havia muitas perguntas na minha cabeça e isso me levou a decidir pela desistência dessa vocação. Saindo, resolvi por ficar em Manaus.

Fui contratado para dar aulas na rede municipal por quatro anos. Ao mesmo tempo, voltei a fazer filosofia na UFAM. Durante esse período, conheci uma liderança indígena de Roraima, que se chama Euclides Macuxi. Ele me convidou para trabalhar como assessor da Coiab.<sup>1</sup> Passei a dedicar-me exclusivamente a isso.

Depois fui convidado para ser assessor da FEPI<sup>2</sup> pelo Diretor Presidente Bonifácio Baniwa. Passei quatro anos trabalhando, depois tive conflito de interesse político e acabei decidindo por sair.

Nesse intervalo, voltei a estudar, me dediquei exclusivamente a concluir o curso de filosofia. Ao mesmo tempo, prestei vestibular na Universidade Estadual do Amazonas pelo sistema de cotas e passei para o curso de direito. Durante dois anos foi legal, depois comecei a ter crises de novo, pois era muita “decoreba”, tinha que saber artigo por artigo, nessa hora tive vontade de aprender as técnicas de pastor, depois eu acabei deixando um pouco de lado. Foi quando eu tive contato com a turma de antropologia da UFAM, sobretudo a Luciene Pohl. Ela me apre-



ENTREVISTA COM JOÃO PAULO LIMA BARRETO

sentou ao Prof. Gilton Mendes dos Santos e o Prof. Carlos Dias Jr. Foi quando tive informações sobre a política de afirmação em antropologia social da UFAM. A convite do Prof. Gilton, comecei a participar dos seminários promovidos pelo Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena. Nessas oportunidades, sempre colocava meu ponto de vista como Tukano, sobretudo quanto à diferença de conhecimentos, porque quando as pessoas classificam nossos conhecimentos de mito, para mim isso tem um sentido de desprezo, posso estar errado. Após muita conversa com o Prof. Gilton decidi apostar na seleção para mestrado em antropologia da UFAM com o tema: “Um olhar indígena (tukano) sobre a ciência: uma etnografia no laboratório de pesquisa de ictiologia no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia”.

*José Agnello – João, você poderia nos contar mais sobre estas crises que você mencionou? Você comentou primeiro em relação à religião, ao seminário, que de certa forma fez você procurar outro caminho. Depois você foi para a filosofia, foi dar aula, foi parar no direito e, de novo, mais uma crise que o levou para outro caminho até você cair na antropologia, escolher a antropologia... Ao mesmo tempo escolher e ser escolhido pela antropologia.*

Então, na filosofia eu já tinha essa ideia de querer desenvolver o pensar indígena, como o pensamento é organizado, como a gente pensa o cotidiano, como se constrói o pensamento, nosso conhecimento, a relação com a natureza etc. Aí eu tive uma conversa com uma professora de filosofia, uma doutora especialista em mitologia grega. Ela me disse que isso não teria muito resultado para mim, na medida em que não existia muita literatura que tratava dessa linha. Perguntei a ela se poderia me orientar, ela respondeu que sim, mas que dificilmente a banca aprovaria, esse foi um dos motivos do meu desinteresse em relação à filosofia.





No direito, o meu desencanto foi por causa da “decoreba” mesmo, que raramente permite pensar, a não ser pensar como operador de direito. Eu vi exclusivamente uma profissão funcional. Essa crise de primeiro contato com o direito me fez pensar melhor sobre a antropologia. Quando eu encontrei com Prof. Gilton, Prof. Carlos e a Angélica, que fazem parte do NEAI [Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena], foi que percebi a possibilidade de desenvolver a questão sobre o pensamento indígena. Até então eu não tinha conhecimento de que a antropologia já havia desenvolvido teorias sobre isso, isto é, a antropologia reversa, antropologia simétrica etc. Vi nisso a possibilidade de levantar a questão e começar também a questionar os próprios conceitos, termos que foram construídos ao longo da história da antropologia, conceito sobre pajé, sobre maloca, cobra-canoa etc. Essa questão me chamou muito a atenção pelo fato de que alguns desses conceitos não expressam aquilo que nós entendemos.

Outro ponto que me motivou foi minha própria experiência de vida. Eu tinha passado pelo seminário dos padres, pela filosofia, pelo direito, mas uma coisa determinante que me move é um episódio acontecido em minha vida familiar. Minha sobrinha Luciane Barreto sofreu uma picada de cobra em nossa comunidade e foi enviada a Manaus para o tratamento. Depois de um período não tão longo, os médicos decidiram por amputar o pé dela e nós, como família, fomos contra essa decisão depois de termos consultado o *Kumu*, especialista indígena, que nos garantia outra possibilidade, a de cura fazendo uso de conhecimentos indígenas e da própria ciência. Isso acabou por provocar uma discordância por parte dos médicos e, submetido a uma batalha de dois meses, meu irmão foi pressionado e acusado de irresponsável. A assistente social do DSEI<sup>3</sup> de Manaus acusou meu irmão de negligente, disse que ele ia ser preso, que ia chamar a Polícia Federal se ele não deixasse am-

putar o pé dela, pois ela viveria só três dias e depois ele seria preso. Enquanto nós dizíamos que não, que nosso *Kumu* garantia para nós que não havia necessidade de amputar, mas tinha a possibilidade de curar. Nós acreditamos nisso porque meu avô era assim. Quando meu avô dizia que tinha possibilidade era porque tinha, e quando não havia possibilidade dizia que havia chegado a hora e a melhor coisa a se fazer era preparar o caminho para ele voltar de onde veio. É por isso que digo que a palavra vale muito, ela tem uma lógica, é como um documento que se assemelha ao contrato. Esse caso foi muito humilhante para nós, saiu nos jornais locais, no Jornal Nacional, mas ninguém se interessou pelo nosso ponto de vista. Nesse contexto, por meio do Ministério Público Federal, conseguimos uma reunião com uma equipe de médicos do hospital. A equipe médica sentou em um lado da sala, do outro minha família e os conhecedores indígenas, *Kumua*, entre eles meu pai. O médico responsável perguntou por qual razão a gente não queria a amputação do pé da minha sobrinha. Um dos *Kumu* falou que ainda não era necessário e tinha possibilidade de cura, mas o médico rebateu dizendo: “com muito respeito aos senhores, eu estudei oito anos para dizer que é hora de amputar, e vocês nem um dia estudaram”. Isso foi humilhante pra nós, eu saí chorando de lá, pois nunca tinha visto meu pai ser humilhado, ver nossos conhecedores sendo humilhados dessa forma. Daí eu levantei a bandeira, mas não na hora, e disse que alguma coisa eu tinha que fazer, tenho que discutir alguma coisa. E foi quando me interessei pela antropologia, a partir do contato com o Prof. Gilton.

*José Agnello – E qual o desfecho da história, João?*

Após muita repercussão na mídia, outra equipe médica decidiu apostar no tratamento conjugado, isto é, juntando o conhecimento indígena e a ciência médica. O desfecho da história é que a minha sobrinha não foi





amputada, mas perdeu o movimento da palma do pé direito. Atualmente ela mora comigo e está estudando. Esse fato só me fez pensar mais sobre nossos conhecimentos, que são tão importantes quanto a ciência. A história desse fato é longa, futuramente quem sabe poderemos publicar em livro.

*Angélica Maia – Como tu pensas essas possibilidades, esses confrontos dentro da antropologia? Como aluno de antropologia, tu levantastes a bandeira do conhecimento indígena, tentando fazer com que ele dialogasse com a ciência e construindo pontes entre o antropólogo e o conhecedor indígena...*

Há uma questão muito interessante nesse contexto que está acontecendo dentro da antropologia. Nós já temos vários indígenas formados em antropologia, inclusive com títulos de mestre. Só que essas pessoas acabaram fazendo como qualquer outro antropólogo que não é indígena. Isso é uma questão que está clara em nossa região. Eles vêm para a antropologia, estudam todas as teorias e, ao invés de pesquisarem outros caminhos, outras teorias, acabam transcrevendo aquilo que o pai, a família fala, e isso faz com que esses conhecedores resistam a dar informações. Ao mesmo tempo, essa forma reintroduz aquilo que o antropólogo vem fazendo, isto é, tomam informações para trilharem sua vida profissional, uns se tornam professores, coordenadores de programas de governo etc., enquanto os informantes continuam no mesmo *status* social. Isso fica claro quando o Higino Tenório Tuyuka questiona que os antropólogos indígenas não introduziram nenhuma diferença, pelo contrário, só reproduziram, fazendo suas teses a partir da lógica da ciência. Então, minha inserção nesse contexto está sendo vista dessa forma, como mais um. Por outro lado, creio que temos que nos apropriar da linguagem da antropologia para dizer que nosso conhecimento não é narração, fábula e lenda, mas uma lógica de pensar. Devemos nos apropriar da lingua-





ENTREVISTA COM JOÃO PAULO LIMA BARRETO

gem da ciência, pois se continuarmos a escrever como escrevemos, como uma narração, nunca os conhecimentos serão inteligíveis do ponto de vista da ciência. Digo isso porque há tantos livros que já foram publicados, como a coleção de narradores, e continuamos sendo vistos como narradores de lendas, contos, mitos. Esse desafio é que me move, mas antes de tudo devo conhecer o outro lado, isto é, as teorias antropológicas. Não adianta continuar escrevendo sobre a origem do mundo se eu não conseguir analisar essa história com a linguagem antropológica, sociológica, filosófica, física. Essa história vai continuar sendo uma narração. Agora, se eu fizer uma reflexão a partir das teorias sem descaracterizar o sentido da história dentro da lógica tukano, creio que terei contribuído para a compreensão do sentido lógico indígena. Então, o que discutimos no Colegiado Indígena é isso, esse desafio de tornar os conhecimentos indígenas inteligíveis.

*José Agnello – João, o papel que você sugere a estes indígenas que estão se apropriando da linguagem antropológica se aproxima de uma forma de tradução?*

Creio que não. O que nós queremos é produzir conhecimentos a partir dos parâmetros indígenas, ou seja, a partir das nossas teorias, como assinali anteriormente. Isso é desafiador, pois até este momento, pelo que vejo, a antropologia cruzada<sup>4</sup> ainda não se faz, mas existe teoria antropológica. Como na prática isto funciona? É o começo do nosso trabalho, ou seja, é o começo de diálogo.

*Angélica Maia – Pensando nesta tua última colocação, qual é a expectativa que tu tens do teu trabalho, do teu projeto de mestrado, como é que tu tens enxergado essa tentativa de comparar a ciência, aquilo que está sendo produzido especificamente lá no INPA, no Laboratório de Icquitologia, por*



*exemplo, em relação à classificação dos peixes? Como tu pensas esta classificação que os cientistas do INPA fazem com os peixes em comparação com a relação que os Tukano têm com eles, tendo em mente, por exemplo, as relações cosmopolíticas que envolvem os Tukanos e os peixes?*

Nós temos a história de nossa origem, que é a historia da nossa própria existência, pois usamos isso para nos situarmos e existirmos no mundo. Nós estamos relacionados de forma vertical e horizontal. Eu só existo a partir dessa lógica de relação vertical. Quando digo formas de relação horizontal, me refiro à relação que temos com os meios que nos circundam, isto é, a natureza, os seres vivos, os animais etc. Quando me refiro a essa relação vertical, falo exatamente da nossa origem, como é que nós surgimos, a ordem que pertencemos e a posição em que estamos postos. Assim como a ciência é um conhecimento específico, nosso conhecimento também é específico, mas diferente, porque desde o princípio, segundo nossa história, os indígenas e os não-indígenas foram separados para terem formas diferentes de conhecimento. Há uma passagem de nossa história que diz que o não-indígena, irmão mais novo do indígena, pegou a arma de fogo, enquanto o indígena, irmão maior dele, pegou *Yaigü*, bastão mágico. Daí acontece a separação quando *Yepá-Oäku*, o demiurgo, falou: “Você que pegou a arma de fogo, você vai para o lado sul, você vai fabricar as coisas, você vai construir a tua vida, você vai ter irmãos, vai ter filhos, mas você nunca vai viver feliz, estará sempre em guerra. Porque a arma de fogo significa fabricação, produção, guerra, traições, invejas”. Esta escolha coloca os não-indígenas como fabricantes das coisas a partir dos elementos que existem na natureza. E para o irmão que pegou o arco-e-flecha, *Yepá-Oäku* falou: “Você vai para o sentido norte, ao contrário de seu irmão, você não vai fabricar, mas a sua força será a palavra, oralidade, você não vai construir coisas, você vai viver a partir dessa relação com seus irmãos e com a natureza”. Então,





ENTREVISTA COM JOÃO PAULO LIMA BARRETO

assim começa nossa história. Penso eu, esse é o maior divisor de conhecimentos entre nós, entre indígenas e não-indígenas. Por isso que o conhecimento científico é construído a partir da pesquisa, são construções, fabricação a partir de combinações de elementos, enquanto o outro é construído a partir da oralidade, da linguagem.

*José Agnello – Seu objetivo seria então mostrar como efetivamente se arquiteta, articula e constrói um mundo possível, uma forma de real que é vivido no dia-a-dia através dessa cosmologia, desse modo de conhecer que é geralmente pensado como fábula, como mito. A minha dúvida é a seguinte: quando você faz essa transposição para uma linguagem antropológica, sociológica, articulada em um contexto próprio, você produz um conhecimento que, de certa forma, é um conhecimento para os não-Tukano? Enfim, essa racionalidade mitológica, vamos dizer assim, ela está sendo transposta para uma linguagem que os não-indígenas possam compreender, ou talvez se aproximar de uma compreensão, de uma inteligibilidade? Mas, e o caminho inverso? Qual o papel desse seu fazer antropológico para o conhecimento indígena? Existe uma volta? Faz sentido pensar em alguma volta? Em sua opinião, a antropologia tem algum valor pra que esses dois conhecimentos se cruzem?*

Como você falou, o intento é produzir conhecimento para que ele se torne inteligível aos não-indígenas. O primeiro objetivo é esse mesmo, fazer com que seja inteligível, que não seja visto nesse âmbito: mitos, lendas e fábulas. Esse é o primeiro objetivo. Porém, ao fazer isso, do ponto de vista dos Tukano, dos indígenas, não estou produzindo conhecimento, só estou colocando-o de forma inteligível. É para a ciência que estou produzindo conhecimento, porque vou fazer com que outras pessoas entendam como funciona o pensamento tukano. Isso remete ao que falamos há pouco, que a forma de conhecimento que a ciência cons-





trói é assim: construindo e reconstruindo, construindo e reconstruindo, através da linguagem escrita ou de discursos chamados teorias. Mas para nós o conhecimento não se constrói assim, é de outra forma, é a partir de uma matriz “cosmológica”, que eu chamo de matriz teórica tukano. Neste sentido, a construção de conhecimentos tukano se faz pelo meio oral, que tem mesmo peso de uma escrita. Assim como a ciência tem sua funcionalidade, essa teoria tukano também tem sua funcionalidade em termos práticos. Então, o primeiro ponto que eu vejo: que fazendo com que nosso conhecimento seja inteligível, penso estar contribuindo para que o nosso conhecimento passe a ser visto de uma outra forma, não mais nesse contexto que hoje estamos acostumados a ver, ou seja, a matriz cosmológica como uma narração.

Nessa sala se encontram meu pai e meu irmão. Eles podem atestar que, para o lado deles, isto é, no conhecimento tukano, eu não conheço nada. Mas estou ciente de que estou entre essas duas questões, entre a ciência e o conhecimento nosso. Para construir o conhecimento dentro da lógica tukano, terei que passar por uma formação especificamente nossa, esse é o próximo desafio que eu mesmo tento colocar e assumir. Meu pai já me falou muito conhecimento, eu sempre falo para ele, eu não entendo nada, nada, nada, ou seja, meu corpo e minha cabeça não estão preparados pra armazenar, pra captar, pra ouvir, memorizar isso. Ela está preparada para ler, para interpretar, para discutir esse mundo da ciência. Então, o próximo desafio é exatamente esse, voltar a essa questão de formação nos moldes tukano. Se esse desafio for desenvolvido dentro de uma instituição, creio que o ganho será enorme nos dois lados, tanto da ciência quanto do conhecimento indígena. Neste sentido, a antropologia, sobretudo a teoria da antropologia simétrica, reversa ou cruzada fará toda diferença para que os conhecimentos indígenas sejam “revelados” como um conhecimento específico e diferenciado. A partir desse ponto de vista, questiono a educação diferenciada que é imple-





ENTREVISTA COM JOÃO PAULO LIMA BARRETO

mentada no âmbito do poder público: que educação diferenciada é essa, que troca apenas os nomes de animais? De camelo para capivara? Onde está o conteúdo de conhecimento indígena nisso? Esse modelo apenas se preocupa em demonstrar a funcionalidade da letra C.

*José Agnello – Você problematiza a forma como a educação diferenciada vem sendo pensada a partir dos termos dessa relação e diferenciação entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional e indígena, só que em um caminho de volta.*

Exatamente. Quando discutimos as diferenças, esbarramos na questão da autoridade científica. Por exemplo, meu pai e meu irmão estão aqui, eles já foram entrevistados por vários antropólogos, mas a fala deles não tem autoridade nenhuma. Mas quando algum antropólogo carimbado, ou com certificado não-sei-de-quê coloca que o índio falou “isso”, este deu aval de sua autoridade como cientista que não é a de meu pai. Autoridade é dessa pessoa que tem títulos acadêmicos. Então, quem tem autoridade para “certificar” que o conhecimento é científico ou não é a academia. Eu penso que as universidades, ao assumirem essa questão, fariam com que nós passássemos a ter essa autoridade. Por exemplo, vou terminar o mestrado: não é mais Paulo Tukano que está falando, é o mestrando tukano que está falando, então isso dá autoridade, dentro da academia quem está falando não é qualquer um, é a pessoa que já estudou as teorias evolucionistas, estruturalistas, funcionalistas etc.

*José Agnello – Uma pergunta... uma provocação, para que se tenha essa inversão de autoridade é necessário que sejam indígenas que estudem os conhecimentos indígenas, ou é possível que não-indígenas estudem os conhecimentos indígenas? É necessário substituir a autoridade ou dotar o indígena de autoridade também?*



Como falei, quem é avalista desta autoridade é a academia, isto é, a universidade que avalia se é conhecimento científico ou não. Neste sentido, seja antropólogo indígena ou não, pode adotar uma corrente de teoria antropológica, podendo contribuir para criar um novo “paradigma” ou consolidar o “paradigma” existente. A questão não é classificar se o antropólogo é indígena ou não, mas o sujeito se identificar com as teorias propostas. Todavia, sobre os antropólogos indígenas é que essa missão recai mais, a de revelar que o conhecimento indígena é tão científico quanto a ciência convencional.

*Angélica Maia – Toda essa tua trajetória, toda essa tua discussão que tu tens travado dentro da academia se traduz numa militância? Em uma antropologia militante mais a favor do conhecimento indígena? No final, o que isso vai resultar? Qual é o teu plano diante dessa postura de utilização de um inventário de conhecimentos indígenas para a compreensão da modernidade que se traduz neste questionamento da autoridade etnográfica? Que resultados tu esperas disso?*

De fato, é uma forma de questionar a própria estrutura, não é? Quando você questiona a estrutura, não deixa de ser uma luta. Se fosse fácil, todos os antropólogos indígenas formados já a teriam mudado. Até então a gente ainda não conseguiu avançar de forma diferenciada. Por isso, creio que é uma militância sim, a partir do momento que a gente começa a questionar as coisas, começa a colocar aqui o nosso pensamento, o nosso conhecimento. Não é simplesmente um conteúdo diferente que o próprio conceito de ciência tem, é confrontar com este conceito, com a autoridade da ciência. Todavia, na medida em que conseguirmos colocar isso em evidência, creio que estaremos começando também a ver as diferenças, as diferenças entre as sociedades. Não é só entre os indígenas e não-indígenas, é enxergar outras formas de pensar, outras formas





ENTREVISTA COM JOÃO PAULO LIMA BARRETO

de ver a realidade, até que ponto a ciência produz as verdades quanto a outras formas de conhecimento. Quais os parâmetros e qual a concepção de conhecimento que está sendo colocada em questão? Como você falou, existe uma militância, e é árdua, porque nem todos os professores, nem todas as correntes estão abertas para isso, na medida em que classificam os conhecimentos indígenas como senso comum. Mas creio que a partir do momento em que essas formas de conhecimento são colocadas em uma posição inteligível, como o Agnello comentou, podemos começar a dialogar, podemos ter vários professores com outra forma de pensar. Se até então não tivemos nenhuma mudança nesse ponto de vista, não é de boa vontade que se vai mudar. É preciso entender o porquê de eu falar isso, e eu também entender o porquê do outro falar aquilo, daí talvez a antropologia possa criar outras teorias.

*José Agnello – Você pode nos contar um pouco sobre a experiência do Colegiado Indígena?*

O Colegiado foi pensado com o objetivo de começar a refletir sobre a presença de estudantes indígenas no mestrado, na medida em que o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM faz uma distinção entre a terminologia de sistema de cotas e de política de afirmação. Qual é a diferença? É que, quando se fala de sistema de cotas, você se baseia na justiça social. Ou seja, os indígenas nunca foram beneficiados, então, por uma questão de justiça vamos dar cotas para eles terem acesso à universidade de forma diferenciada. Essa é a lógica que permeia o sistema de cotas nacional ou estadual. Aqui a política de afirmação é no sentido de trazer indígenas exatamente para que desenvolvessem seus conhecimentos. Queremos mudar o conceito, desafiar os estudantes indígenas a “provarem” porque é que o conhecimento indígena é diferente, sem desconexão com as teorias antropologias clássicas. É uma

- 536 -





oportunidade de confronto. Acho que há aí uma responsabilidade para nós indígenas de fazer diferença mesmo. Não dizer simplesmente que está tudo errado. Só podemos propor mudanças ou formular propostas se conseguirmos entender o outro lado. Se não consigo entender outro lado, não serei capaz de propor, e muito menos de argumentar, na medida em que a cientificidade é argumentação. Para começar sua ação, o Colegiado propôs realizar debates, com a ajuda do NEAI, entre os conhecedores indígenas. Até agora fizemos três mesas-redondas com conhecedores, todas ainda com conhecedores do Alto Rio Negro, tendo como tema: “A certeza da imaterialidade”, isto é, a teoria quando ela se torna uma realidade, ou, quando o dito mito se torna uma realidade. O desenvolvimento desse tema é exatamente para mostrar que temos o nosso conhecimento, temos uma matriz cosmológica, concebemos o mundo ordenado, temos relação com os seres não-humanos de sujeito para sujeito. Enfim, o Colegiado Indígena tem como objetivo discutir a política de seleção, de pesquisa e de formulação teóricas junto ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM.

*Angélica Maia – Sobre esse questionamento, sobre a própria expectativa que o Colegiado Indígena tem colocado ultimamente nas mesas redondas, gostaria de saber qual é a tua percepção dessas “certezas da imaterialidade” que foram os temas principais de três mesas que já ocorreram, cujos subtítulos vinham de acordo com cada palestrante. O que o Colegiado tem esperado e desejado? Afinal, ele não é composto só por indígenas alunos da Universidade Federal Amazonas, mas também da Universidade Estadual do Amazonas, entre outros. O que vocês têm discutido sobre essa “certeza da imaterialidade” ao levar conhecedores indígenas para dialogar com professores, com alunos de antropologia? Qual é a articulação de vocês e o que pretendem com toda essa movimentação? Qual é o impacto que vocês querem cau-*





ENTREVISTA COM JOÃO PAULO LIMA BARRETO

*sar com isso? Pois percebemos que o público é grande, vai e fica assistindo, e se interessa pelas discussões também. Qual é a expectativa de vocês em relação a tudo isso?*

Primeiro, quando discutimos diferença de conhecimentos, estamos discutindo diferença de conhecimentos entre os conhecimentos indígenas e a ciência. Neste sentido, existem programas de acesso diferenciado, de educação diferenciada no âmbito do poder público, sobretudo nas instituições de ensino público. Entretanto, pouco se vê a diferença de conteúdo de fato, a não ser de termos, nisso alguns já acham que é uma educação diferenciada. Mas a autoridade é ditada pela ciência, ou seja, os conceitos são ditados pela ciência. E os conceitos indígenas? Alguém vai dizer: na lógica do conhecimento indígena não existem conceitos, não existem teorias porque é senso comum. Alguns professores de antropologia têm se interessado sobre esta diferença de conhecimento, têm se sensibilizado, outros nem tanto. No Colegiado do Programa de Pós-Graduação a gente não tem conversado ainda, quem sabe futuramente. Em termos práticos, temos alcançado alguns objetivos, o interesse de desenvolver pesquisas sobre a física. Um dos membros do Colegiado quer fazer pesquisa no laboratório da física: compreender como a ciência lida com a física, a astronomia sobretudo, partindo-se da lógica da astronomia dessano. Outro quer fazer sobre a pesquisa farmacêutica: como a ciência lida com as plantas a partir da lógica tukano. Os membros que estão fazendo o mestrado estão conscientes de que é necessário insistir na diferença de conhecimento. Outra questão interessante é que, até então, nós não tínhamos assento no Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM. No programa existe um colegiado que decide politicamente, discute politicamente diretrizes. Entendemos que nossa participação é muito importante, a partir da





compreensão de que somos detentores de um conhecimento diferente e de como nós podemos contribuir nessa condição. Contribuir é começar a construir conhecimento, então uma das questões é essa. E também o Colegiado Indígena analisou as nossas fragilidades, nós índios nunca nascemos falando inglês, então a nossa maior fragilidade é exatamente isso: a gente tem prova de proficiência de inglês, nenhum de nós passou, esse é um problema para nós, mas por outro lado já foi discutido que nós não fôssemos obrigados a fazer prova de inglês. Nesse momento é importante discutir, questionar os parâmetros que são colocados, nesse sentido também queremos promover uma reunião, um debate com os professores. Além dessa nossa participação dentro do Colegiado do PPGAS-UFAM, queremos promover um debate só com os professores do programa e outros professores, para que possamos entender como é que eles enxergam essa questão, já que são eles os construtores dessa política afirmativa, e dizer como nós a pensamos, já que somos nós que estamos dentro dessa política. Esse é o outro passo que estamos colocando. Outra fragilidade que constatamos é a nossa produção de texto e artigos científicos. Percebemos, a partir dos nossos trabalhos finais, que temos uma deficiência muito grande em produzir textos, e então, nós demandamos ao Programa que nos oferecesse oficina de produção de texto e artigos científicos. Vejo que a partir disso o Colegiado está avançando, está consolidando, mas uma coisa que nós decidimos é que esse Colegiado Indígena não é uma organização social, não é uma organização de classe, não é uma instância política para sair discutindo várias outras coisas, a não ser discutir e propor política diferenciada nos programas educacionais sem perder a qualidade de ensino.

*Angélica Maia – Então o Colegiado é uma instância pra sustentar esse diálogo entre o conhecimento indígena e a antropologia?*





ENTREVISTA COM JOÃO PAULO LIMA BARRETO

Não só antropologia, mas o Programa de Pós-Graduação em Antropologia é que nos deu essa abertura por enquanto. Isso a gente vê como uma abertura de diálogo. Podemos só restringir no âmbito da antropologia, mas se as nossas discussões e propostas forem de qualidade, creio que o leque será ampliado naturalmente para outros âmbitos de ensino. É a razão pela qual o Colegiado é composto de estudantes de diversas instituições de ensino.

*José Agnello – Eu queria que você contasse um pouco mais sobre a pesquisa que você está desenvolvendo no PPGAS-UFAM, sob orientação do Prof. Gilton Mendes dos Santos. Onde está sendo feita, o que você está pensando, como você está colocando em relação esses dois modos de conhecer?*

O tema de pesquisa proposta é: “Um olhar indígena (tukano) sobre a ciência: uma etnografia sobre a pesquisa de peixe no INPA”. No momento, estou ainda na fase de revisão teórica, ainda não fui ao campo. Mas a princípio minha pesquisa vai ser no INPA, sobretudo no laboratório de pesquisas sobre os peixes, ictiologia.

*José Agnello – Você já foi até lá? Teve alguma primeira impressão?*

Já estive lá uma vez, Angélica esteve lá comigo, estou querendo levar meu pai e meu irmão lá também. Incrível! Interessante como a ciência lida com os peixes, não é? Quando você entra, primeiro você encontra um ambiente frio, depois você vê só armários, muitos armários, parece tudo encaixotado, depois você vê muitos vidros, e os vidros cheios de peixes, depois você vê os peixes todos secos. É inacreditável. Quando vi isso fiquei imaginando: será possível colocar todos os peixes nos vidrinhos?

*Angélica Maia – Estavam dissecando lá naquele dia...*





É... Quando fomos lá parecia que estávamos entrando num laboratório de urânio, que sempre se vê nos filmes. Uma coisa me chamou atenção: o fato de a ciência querer colocar tudo o que existe no mundo numa sala, ou num quarto, num armário, e guardar isso. Fiz uma pergunta para o nosso guia lá, sobre quanto tempo ia demorar o peixe para deteriorar. Ele disse que ele duraria permanentemente... Então a ideia é trazer tudo que existe no mundo, tudo o que há, todos os tipos de peixe que há na água e colocar no armário. Será que é isso mesmo? Ficar para sempre ali. Então essa lógica me chamou muito a atenção, depois eu falei para o meu pai minha impressão. Ele falou que esse não é modo dos Tukano, é o modo dos não-indígenas.

*José Agnello – Essa sua tentativa de promoção desse contato de inteligibilidade entre esses dois modos de conhecer... Fiquei me questionando se esses dois modos saem intactos depois deste contato. Por exemplo, no começo você estava utilizando o termo pajé, quando você, que é um conhecedor, está olhando para esse conhecimento e vê o uso do termo pajé, você vê que esse uso não é exato, que esse conceito não serve exatamente para o que você está querendo dizer, e por isso você utiliza o termo Kumu. Ou seja, a teoria antropológica sofreu impacto, ela se transformou de alguma forma, ela caminhou de alguma forma, ela não ficou no mesmo lugar depois desse confronto, ou melhor, desse diálogo. E você acha que o conhecimento indígena, o modo de conhecer indígena, ele também se move quando há esse contato de inteligibilidades?*

Sim, claro! O que meu pai tem me falado é que a estrutura é que não muda, a estrutura original, que eu chamo de matriz cosmológica, a forma de nós termos uma relação vertical, como eu falei, as relações verticais e horizontais, essas não vão mudar, as categorias não vão mudar. Agora, como você vai utilizar essas categorias, essa estrutura para você



ENTREVISTA COM JOÃO PAULO LIMA BARRETO

relacionar com o mundo, com o outro mundo, aí as coisas mudam. Meu pai, por exemplo, já me falou que nós não somos mais *pamuri-mahsã*, nós somos netos, já mudou, porque o discurso até então, era “nós somos”. Mas ele falou que não, nós não somos os primeiros, nós somos netos dos netos, então esse termo faz a diferença. Dizer que “nós somos” está errado. Somos netos, somos continuadores desses, mas enquanto estrutura do pensamento, do conhecimento, ela continua a mesma.

*José Agnello – Tem mais alguma coisa que gostaria de comentar?*

Creio que falamos tudo e vejo que o desafio está posto. A antropologia está me fazendo pensar como indígena. Vejo que a partir do momento que a gente começa a colocar nossos conhecimentos de forma inteligível, creio que a relação vai mudar, os conceitos vão mudar. Eu sempre digo que a ciência lida com provas materiais, o conhecimento indígena lida com provas imateriais.

## Notas

- <sup>1</sup> Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.
- <sup>2</sup> Fundação Estadual dos Povos Indígenas.
- <sup>3</sup> Distrito Sanitário Especial Indígena.
- <sup>4</sup> O termo antropologia cruzada foi monetizado pelos professores doutores Gilton Mendes dos Santos e Carlos Machado Dias, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM. A definição e/ou a construção deste termo nasceu da iniciativa chamada oficinas de saberes. Estas oficinas são encontros entre conhecedores indígenas, das mais variadas regiões, para a troca de ideias, narrativas e teorias indígenas entre si e com a ciência ocidental. A antropologia cruzada e/ou reversa refere-se a uma proposta epistemológica que propende à apreensão das teorias presentes na diferença entre as tradições epistemológicas da ciência ocidental e a ciência do saber indígena. Ela objetiva exprimir os princípios epistemológicos, elaborados pelos próprios intelectuais indígenas, para apontar à viabilidade de um diálogo em outro patamar entre as teorias antropológicas e saber indígena, procurando assim suprimir a oposição entre ciência *versus* pensamento tradicional.